



## REAVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DE BANDEIRANTES, BARRA BONITA, GUARACIABA, PARAÍSO E SÃO MIGUEL DO OESTE, SANTA CATARINA

Orientadora: RIBEIRO, Andréa Jaqueline Prates

Pesquisadores: GRITHI, Jéssica Fernanda; LUDWIG, Diana Cristina;

VIEIRA, Maria Fernanda Paim; ZUPPA, Marizete Arenhart

Cursos: Arquitetura e Urbanismo e Educação Física

Área de Conhecimento: ACSA e ACBS

A autonomia e a independência são direitos fundamentais da cidadania. No entanto, observa-se que muitos dos ambientes construídos apresentam barreiras que privam os seres humanos de sua autonomia e liberdade de ir e vir. Estas barreiras arquitetônicas podem ser conceituadas como todo empecilho que dificulta a circulação e acesso, de modo autônomo, a qualquer ambiente. Hoje é notória a necessidade de serem estudadas soluções ambientais que extingam as barreiras arquitetônicas geradas pelas más soluções projetuais para que possa haver inclusão e participação de todas as pessoas na sociedade, independente de suas limitações. Assim, o objetivo deste estudo é reavaliar os locais que foram diagnosticados em pesquisa realizada no ano de 2008, em que se analisou quais eram as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos municípios de Bandeirante, Barra Bonita, Guaraciaba, Paraíso e São Miguel do Oeste, SC, com vistas a sensibilizar o poder público. Realizado o diagnóstico nas regiões centrais das cidades, o curso de Educação Física, em parceria com o Ministério Público Federal, expediu recomendação a todos os locais onde as edificações foram consideradas inadequadas para que, adotassem as medidas necessárias e para cumprir as leis e as normas técnicas da ABNT, que visam garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a todos os ambientes. Assim, a partir desses resultados e com a entrega dos processos finalizados dos proprietários ao Ministério Público Federal, constatou-se a necessidade de se realizar uma reavaliação dos locais que conferem um processo concluído. Diante disso, será aprofundando o estudo com análise exploratória em cada local, fazendo um comparativo do que havia sido encontrado e com o que se tem hoje, oferecendo um parecer final registrado em relatório, de caráter técnico e validado, por meio de emissão do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), assinado por profissional de arquitetura e urbanismo e habilitado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). As coletas ainda não foram finalizadas, pois o estudo se encontra em andamento. Os principais itens avaliados nesta pesquisa foram o acesso entre a calçada e o local, o estacionamento, a circulação interna, os sanitários, o balcão de atendimento, a disposição dos equipamentos, os mobiliários, entre outros. Os instrumentos utilizados para a coleta foram a câmera fotográfica digital, o checklist e o diário de campo, sendo anexadas as fotos e a descrição de cada local reavaliado. Uma carta de apresentação emitida pelo Ministério Público Federal, que traz em seu conteúdo informações sobre o projeto e seus pesquisadores, também foi utilizada durante as reavaliações. Concluiu-se, até a presente data, que a maioria dos locais reavaliados estão adequados ou em fase de adequação, de acordo com as normas de acessibilidade.

Palavras chave: Acessibilidade. Reavaliações. Locais Públicos.

andrea.ribeiro@unoesc.edu.br

arq dianacristina@gmail.com

